

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

LILIA LOURENÇO RAMOS ROCHA

**DETERMINANTES PARA DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM *WEBSITES* DE MUNICÍPIOS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**VITÓRIA
2015**

LILIA LOURENÇO RAMOS ROCHA

**DETERMINANTES PARA DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS EM *WEBSITES* DE MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis-Nível Profissionalizante, na área de concentração Finanças.

Orientador: Dr. Fábio Moraes da Costa

**VITÓRIA
2015**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Biblioteca da FUCAPE

Rocha, Lilia Lourenço Ramos.

Determinantes para divulgação voluntária de demonstrações contábeis em websites de municípios do estado do Rio de Janeiro. / Lilia Lourenço Ramos Rocha. Vitória: FUCAPE, 2015. 48p.

Dissertação – Mestrado (Ciências Contábeis).
Inclui bibliografia.

1. Divulgação contábil 2. Demonstrações contábeis I.Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças II.Título.

CDD – 657

LILIA LOURENÇO RAMOS ROCHA

**DETERMINANTES PARA DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM *WEBSITES* DE MUNICÍPIOS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 23 de fevereiro de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. FÁBIO MORAES DA COSTA

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade,
Economia e Finanças - FUCAPE.

Prof. Dr. DANILO SOARES MONTE-MOR

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade,
Economia e Finanças - FUCAPE.

Prof. Dr. VALCEMIRO NOSSA

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade,
Economia e Finanças - FUCAPE.

Dedico este trabalho a minha
mãe (*in memoriam*), ao meu
esposo, Marcelo e as minhas
filhas, Marcelly e Aline.

AGRADECIMENTOS

É preciso que a vida seja um constante aprendizado e o desenvolvimento de uma dissertação é uma grande etapa na construção do conhecimento. No entanto para que este sonho pessoal seja alcançado, a compreensão e o apoio de pessoas que fazem parte de nossa vida torna esta tarefa menos árdua.

Assim, primeiro agradeço a Deus que possibilitou mais este sonho em minha vida.

A minha mãe (*in memoriam*) que me ensinou a buscar o conhecimento como quem busca um tesouro.

Ao meu esposo e as minhas filhas que entenderam os momentos ausentes apoiando nesta caminhada.

Aos meus irmãos e tia que me apoiaram nos momentos mais difíceis.

Aos meus colegas do mestrado que tiveram paciência me dando força nos momentos em que pensei até desistir.

Ao Professor Doutor Valcemiro Nossa, e demais professores desta instituição que transformou a minha vida ampliando meu conhecimento.

Em especial ao Professor Doutor Fábio Moraes Costa, que com seu conhecimento, paciência, gentileza e notória experiência tornou fácil o que parecia difícil e principalmente acreditou neste sonho.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a divulgação voluntária dos demonstrativos contábeis disciplinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 e pela Lei 4.320/64, com base em dados coletados em setembro de 2014 nos *websites* de municípios do Rio de Janeiro. Por meio de um modelo *Probit*, foram associadas às características políticas, institucionais, sociais e financeiras dos municípios à divulgação voluntária *online* de cada demonstrativo contábil. Os resultados indicam que os municípios em que o prefeito foi reeleito e que descumpriram os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal têm maiores chances de divulgar voluntariamente demonstrações contábeis. Por outro lado, existem indícios de que municípios com maior competição política possuem menor probabilidade de divulgação de alguns demonstrativos. Os achados indicam que apenas algumas características políticas, sociais e financeiras são determinantes para divulgação voluntária de informações financeiras nos *websites*, podendo contribuir para o estabelecimento de medidas que incentivem tal comportamento pelos gestores públicos com o intuito de ampliar o acesso às informações pela população.

Palavras-chave: Divulgação voluntária. Demonstrativos contábeis. Internet.

ABSTRACT

This research analyzes characteristics that lead to the voluntary disclosure of financial statements by municipalities in Rio de Janeiro, according to the Fiscal Responsibility Law 101/2000 and Law 4.320/64. The data was collected in September of 2014 and based on a Probit model, political, institutional, social and financial characteristics were associated to the probability of a voluntary online disclosure of each type of report. Empirical evidence indicates that reelected mayors and the non-compliance of the limits imposed by the Fiscal Responsibility Law are more likely to voluntarily disclose the statements. On the other hand, the results suggest that higher political competition, measured by the number of candidates in the election, is negatively associated with the disclosure of some types of reports. Overall, there only some political, social and financial characteristics that are relevant for the online disclosure, that may help the implementation of measures that would contribute to raise the use of the internet as a tool on the information dissemination in the public sector.

Keywords: Voluntary disclosure. Financial statements. Internet.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1. TEORIA DA AGÊNCIA	12
2.2. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO	13
2.3. LIMITES DE GASTOS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	15
2.4. PESQUISA SOBRE DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA	16
2.5. DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES	22
3. METODOLOGIA.....	28
4. ANÁLISE DE RESULTADOS	33
4.1. ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS	33
4.2. RESULTADOS DA REGRESSÃO.....	35
5. CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar as características institucionais, financeiras, sociais e políticas dos municípios buscando identificar os determinantes para a divulgação voluntária de demonstrações contábeis pela internet.

Bakar e Saleh (2011) argumentam que os cidadãos têm direito ao acesso de informação contábil, na qualidade de contribuintes dos cofres públicos, a fim de verificar se o seu dinheiro é gasto adequadamente, o que tornaria a ampla divulgação de informações contábeis para interessados (interno ou externo) essenciais para uma organização. Assim, a utilização da internet poderia facilitar a interação do governo com o cidadão e possibilitar uma nova forma de prestação de contas (WELCH e WONG, 2004).

A internet tem sido uma ferramenta de baixo custo para divulgação de informações (DEBRECENY, GRAY e RAHMAN, 2002; PINA e ROYO, 2007; KELTON e YANG, 2008 e CINCA TÓMAZ e TARRAGONA, 2009) possibilitando a disseminação de forma instantânea e simultânea para cidadãos, e ampliando o monitoramento das ações do governo (LASWAD et al., 2005). Estudos empíricos como os de Laswad et al. (2005), Archidona e Gandía (2007) e de Costa e Rátis (2013), identificaram determinantes para divulgação de informações financeiras no setor público.

Laswad et al. (2005) encontraram evidências que indicam que os fatores preditivos para o uso do IRF (*Internet Financial Reporting*) nos municípios da Nova

Zelândia foram: a alavancagem financeira, riqueza municipal, visibilidade da imprensa e o tipo de conselho (distrital, municipal e regional).

Archidona e Gandía (2007) concluíram em seu estudo que quanto maior a competição política, a visibilidade da imprensa, o acesso à educação e à internet em domicílios dos munícipes, maior é o nível de informação nos *websites* de municípios espanhóis.

No Brasil, Costa e Rátis (2013) pesquisaram os determinantes para tempestividade na divulgação de informações financeiras, concluindo que o nível de escolaridade do gestor e competição política possuem uma relação positiva e o tamanho e as restrições regulamentares uma relação negativa com o atraso da divulgação de contas públicas nos municípios capixabas.

Recentemente, Machado et al. (2013) realizaram uma pesquisa de análise descritiva buscando mensurar o nível de transparência nos *websites* de municípios gaúchos em que verificaram um subaproveitamento da internet para divulgação de informações financeiras e um baixo índice de informações pertinentes a prestações de contas, sugerindo como tópico para futuras pesquisas a divulgação de informações voluntárias em *websites* municipais.

Tendo em vista que a Lei Complementar nº 131/2009 prevê que os municípios brasileiros estão obrigados manter disponível nos seus *websites* informações financeiras somente de forma pormenorizada das receitas e despesas, esta pesquisa pretende responder o seguinte questionamento: ***Quais as características institucionais, políticas, financeiras e sociais dos municípios fluminenses que contribuem para divulgação voluntária online de demonstrativos contábeis?***

Para buscar evidências empíricas da relação entre as características dos municípios e a divulgação voluntária de demonstrativos contábeis (Relatório Resumido de Execução Orçamentária, Relatório de Gestão Fiscal, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrações de Variações Patrimoniais) foi utilizado o modelo de regressão múltipla *Probit*.

Destaca-se que as *proxies* que capturaram a competição política não tiveram significância estatística em sua totalidade, com exceção ao resultado apurado para o prefeito reeleito que apresentou significância estatística para a divulgação voluntária *online* dos Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal (RREO/RGF), Balanço Financeiro (BF) e Balanço Patrimonial e Demonstrações de Variações Patrimoniais (BP/DVP), indicando que nos municípios em que o prefeito foi reeleito têm maior probabilidade de divulgação.

Os resultados indicam que existem indícios que a proporção de munícipes com nível superior influencia a divulgação dos demonstrativos contábeis. Assim como indicam que os municípios que descumpriram os limites disciplinados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) possuem maiores chances de divulgação voluntária *online* os Balanços Financeiro (BF), Patrimonial e Demonstrações de Variações Patrimoniais (BP/DVP).

Espera-se que os resultados desta pesquisa, a identificação dos determinantes que contribuem para divulgação de informações financeiras pela internet, possa contribuir na adoção de políticas públicas que promovam um aumento do uso da internet como ferramenta de divulgação dos relatórios fiscais no setor público, fortalecendo o processo de transparência na administração pública brasileira.

A pesquisa é disposta da seguinte maneira. O capítulo 2 expõe uma revisão da literatura que investiga a divulgação voluntária de informações financeiras e são desenvolvidas as hipóteses deste estudo. O capítulo 3 evidencia a metodologia utilizada na pesquisa. O capítulo 4 realiza uma análise descritiva bem como os resultados dos testes das hipóteses desenvolvidas. Por fim, no capítulo 5 apresenta a conclusão da pesquisa com base nos resultados analisados.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1. TEORIA DA AGÊNCIA

Estudos acadêmicos têm se baseado na teoria da agência com intuito de explicar o comportamento de gestores públicos na divulgação de informações voluntária pela internet (DEJONG e INGRAN, 1987; LASWAD et al., 2005; ARCHIDONA e GANDÍA, 2007; BOLIVAR, HERNÁNDEZ e PÉREZ, 2008; KELTON e YANG, 2008 e COSTA, et al., 2012).

Jesen e Meckling (1976) definem a relação de agência como um contrato por meio do qual uma ou mais pessoas (principal) contrata outra pessoa (o agente) para efetuar um serviço em seu nome delegando ao agente o poder de decisão.

Como ambas as partes (principal e agente) buscam maximizar seu bem estar, existem razões para esperar que o agente nem sempre agirá de acordo com o interesse do principal, inclusive em organizações governamentais (JESSEN e MECKLING, 1976). Para Zimmerman (1977) a relação de agentes no setor público é caracterizada como o principal, o cidadão e o agente, o gestor público.

Tendo em vista que um dos elementos que causa conflitos entre os agentes é a assimetria de informação, a divulgação voluntária de informações reduziria tal assimetria entre o cidadão e o gestor público (AN et al., 2011).

Assim, a divulgação voluntária de informações financeiras pela internet possibilitaria o monitoramento das ações do gestor (LASWAD et al., 2005), o que faz com que o cidadão tenha interesse na divulgação, já que a maximização do bem estar do cidadão depende das ações do gestor (ZIMMERMAN, 1977).

2.2 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

A internet foi considerada no estudo de Ensslin et al. (2007) como uma forma emergente de divulgar as contas públicas adquirindo maior ênfase após a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), dado que o artigo 48 estabelece que os instrumentos de transparência da gestão fiscal (prestações de contas e o respectivo parecer prévio, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório da Gestão Fiscal) devem ser amplamente divulgados.

Em 2008, foi editada a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.133/2008, aprovando a NBC T 16.6 que disciplina a elaboração de novas demonstrações contábeis (Demonstração de Fluxo de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) e exige a elaboração de notas explicativas (LIMA et al., 2009), em linha com o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – *International Public Sector Public Accounting Standards – IPSAS*.

A Portaria nº 406, de 20 de junho de 2011 do Ministério da Fazenda estruturou as novas demonstrações contábeis (Fluxo de Caixa e Resultado Econômico) que foram editadas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - PARTE V – alterou também as estruturas das demonstrações já existentes (Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário).

As novas demonstrações contábeis (Fluxo de Caixa e Resultado Econômico) tiveram sua elaboração obrigatória a partir do exercício de 2013, e as demonstrações contábeis já existentes seguiram com as seguintes finalidades:

- a) Balanço Orçamentário: controlar as receitas previstas e as despesas fixadas da Lei Orçamentária, possuindo informação sobre o planejamento e execução orçamentária (RIBEIRO FILHO, et al., 2008);
- b) Balanço Patrimonial: evidenciar as contas de compensação, os bens, valores, obrigações e situações que afetam o patrimônio (artigo 105, da Lei Federal nº 4.320/64);
- c) Balanço Financeiro: evidenciar a receita e a despesa orçamentárias, recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, os saldos em espécie oriundos exercício anterior e os transportados para o exercício seguinte (art. 103 da Lei 4.320/64);
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais: evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e o resultado patrimonial do exercício (art. 104 da Lei 4.320/64);
- e) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO): evidenciar a execução orçamentária de forma pormenorizada promovendo seu monitoramento bimestralmente (art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000).
- f) Relatório da Gestão Fiscal (RGF): evidenciar informações sobre o controle da despesa e dívida pública quadrimestral para monitoramento dos limites de gastos públicos (art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000).

Em 2009 foi editada a Lei Complementar 131, Lei de Acesso à Informação (LAI) que adicionou artigos à Lei de Responsabilidade Fiscal tornando compulsória a divulgação *online* para todos os municípios de informações financeiras somente de forma detalhada sobre a despesa (valor do empenho, liquidação, pagamento,

número do processo, o beneficiário e o bem fornecido) e sobre a receita (previsão, lançamento e arrecadação).

Vale destacar que a divulgação voluntária *online* de demonstrações contábeis proporcionaria uma forma organizada de evidenciação das informações financeiras, o que possibilitaria sua análise gerencial (IUDÍCIBUS, 2000).

2.3 LIMITES DE GASTOS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Além disso, prevê que o gestor público tem obrigação de monitorar sua execução orçamentária e divulgar tais informações através da publicação periódica, inclusive em meios eletrônicos, de relatórios que constem os percentuais de gastos direcionados à pessoal, à dívida consolidada líquida, à saúde e à educação.

Os artigos 19 e 20 estabelecem o limite para o Gasto com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), o qual não pode ultrapassar 60% da RCL, sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo, incluso o Tribunal de Contas do Município.

O Senado Federal, por meio da Resolução nº 40 de 2001, estabeleceu o limite da Dívida Pública Consolidada. A partir dessa regulamentação o município pode contrair dívida de até 120% do total de sua RCL até 2016; sendo que os percentuais de limites ultrapassados deverão ser reduzidos na proporção de no mínimo 1/15 a cada ano.

O limite para gastos com saúde foi previsto no artigo 198, parágrafo 2º e 3º, da Constituição Federal de 1988 e tem seu percentual estipulado pelo artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT de no mínimo 15% da RCL para os municípios.

O gasto com educação está previsto no artigo 212 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, no qual o município deverá aplicar no mínimo 25% da Receita Líquida de Impostos.

Por último, o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe que gestor contraia despesa que não possa ser totalmente paga no fim do seu mandato. Logo, as despesas inscritas em resto a pagar devem ter disponibilidade financeira de caixa no final do mandato.

2.4 PESQUISA SOBRE DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

A divulgação voluntária de informações contábeis e seus determinantes têm sido pesquisados tanto no setor privado (FRANCIS, KHURANA e PEREIRA, 2005; HAGGARD, MARTIN e PEREIRA, 2008; FRANCIS, NANDA e OLSSON, 2008; SALLOTI e YAMAMOTO, 2008; DEBRECENY, GRAY e RAHMAN, 2002 e KELTON e YANG, 2008) quanto no setor público (INGRAM, 1984; INGRAM e DEJONG, 1987; EVANS e PATTON, 1983; CHENG, 1992; LASWAD et al., 2005; ARCHIDONA e GANDIA, 2007; PINA e ROYO, 2007; BOLÍVAR, HERNÁNDEZ e PÉREZ, 2008; CINCA, TÓMAZ e TARRAGONA, 2009; ÁLVARES, DOMÍNGUEZ e SÁNCHEZ, 2010; BAIRRAL e SILVA, 2013; BOHN e SANTOS, 2013 e COSTA e RÁTIS, 2013).

No setor privado foram analisados características e incentivos das empresas que divulgaram voluntariamente informações (FRANCIS, KHURANA e PEREIRA,

2005; HAGGARD, MARTIN e PEREIRA, 2008, FRANCIS, NANDA e OLSSON, 2008; e SALLOTI e YAMAMOTO, 2008) e as que divulgaram informações financeiras pela internet (DEBRECENY, GRAY e RAHMAN, 2002 e KELTON e YANG, 2008).

Para, Haggard, Martin e Pereira (2008) a divulgação voluntária de informações nas empresas depende da informação gerada pelos relatórios obrigatórios, se geram notícias boas ou ruins. Assim, para os autores alterações nas regulamentações da divulgação obrigatória influenciam na decisão do gestor em fornecer informações suplementares.

A divulgação voluntária de informações em empresas foi associada com o custo de capital nos estudos de Francis, Khurana e Pereira (2005) e Francis, Nanda e Olsson (2008), encontrando que a divulgação voluntária de informações está associada positivamente a um menor custo de capital.

Já Sallotti e Yamamoto (2008) analisaram a divulgação voluntária da Demonstração do Fluxo de Caixa no período de 2000 a 2004 por empresas listadas na Bovespa e concluíram que a divulgação voluntária possui uma correlação positiva com o desempenho da empresa e uma correlação negativa com os custos da divulgação e a assimetria de informação.

Debreceny, Gray e Rahman (2002) analisaram as causas das variações na divulgação de relatórios financeiros pela internet, tendo como amostra 660 empresas de 22 países e concluíram que fatores do ambiente externo (acesso a internet e a busca de capital para empresa) contribuem para divulgação de relatórios financeiros pela internet.

Kelton e Yang (2008) associaram a governança corporativa à divulgação pela internet, observando que empresas com tamanhos diferentes usam diferentes mecanismos de governança corporativa para monitorar o processo de informação financeira.

Já no setor público estudos empíricos buscaram explicar o aprimoramento das práticas contábeis analisando a divulgação de informações financeiras nos municípios (INGRAM, 1984; INGRAM e DEJONG, 1987; EVANS e PATTON, 1983 e CHENG, 1992).

No estudo de Ingram (1984) foram analisadas as práticas adotadas por estados americanos na divulgação de informações contábeis, relacionando-as com incentivos que influenciavam o nível de divulgação.

Para Ingram (1984) as práticas na divulgação de informações contábeis possuem uma associação positiva com a seleção de administradores contábeis, seleção de auditores e coligações e negativa com a circulação de jornais.

Já Ingram e DeJong (1987) avaliaram a influência das regulamentações do estado sobre as práticas adotadas na divulgação dos relatórios financeiros em cidades americanas, o nível de divulgação e os incentivos econômicos e políticos do gerente local para divulgar.

Para Ingran e DeJong (1987), as práticas adotadas na divulgação de informações financeiras foram alteradas substancialmente entre os Estados que adotaram as regulamentações do GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*) e os que não adotaram a regulamentação do GAAP.

Evans e Patton (1983) analisaram os incentivos para que municípios americanos direcionassem esforços no alcance do CCP – *Certificate of*

Conformance do Program – que julgava as melhores práticas adotadas na emissão dos relatórios financeiros do setor público. Os autores concluíram que os municípios gerenciados por agentes públicos, com maiores dívidas, representatividade junto ao Conselho Nacional de Contabilidade e participação do CCP antes de 1976, apresentavam relatórios financeiros de alta qualidade.

Com o objetivo de integrar os resultados obtidos em pesquisas empíricas direcionadas a opção por evidenciação contábil, o estudo de Cheng (1992) analisou as práticas de divulgação dos relatórios financeiros em governos estaduais, encontrando evidências que a opção por evidenciação contábil está condicionada a fatores políticos e institucionais.

Já sobre os determinantes para divulgação de informações financeiras em *websites* municipais recentes pesquisas foram desenvolvidas no exterior (LASWAD et al., 2005; ARCHIDONA e GANDIA, 2007; PINA e ROYO, 2007; BOLÍVAR, HERNÁNDEZ e PÉREZ, 2008; CINCA, TÓMAZ e TARRAGONA, 2009 e ÁLVARES, DOMÍNGUEZ e SÁNCHEZ, 2010).

Laswad et al. (2005) investigaram os determinantes para divulgação voluntária de IFR (*Internet Financial Reporting*) nos municípios de Nova Zelândia. Os resultados apontaram uma relação entre divulgação (variável dependente) e a alavancagem, receita per capita do município, visibilidade da imprensa e tipo de conselho (variáveis independentes).

Na Espanha estudos empíricos analisaram o nível e as características das informações financeiras divulgadas nos *websites* municipais encontrando como determinantes: a competição política, visibilidade da imprensa e o acesso à educação e à internet em domicílios dos munícipes, dívida pública, tamanho do

município e o nível de renda dos cidadãos (ARCHIDONA e GANDÍA, 2007; BOLÍVAR, HERNÁNDEZ e PÉREZ, 2008 e CINCA, TÓMAZ e TARRAGONA, 2009).

Archidona e Gandía (2007) tiveram como foco de estudo a avaliação da extensão de informações divulgadas nos *websites* dos municípios espanhóis com mais de 50.000 habitantes. Os autores concluíram que os determinantes para a variação do nível de informação foram: a competição política, visibilidade da imprensa e o acesso à educação e à internet em domicílios dos munícipes.

No estudo de Bolívar, Hernández e Pérez (2008) foram analisados o conteúdo e a característica das informações divulgadas nos *websites* de municípios espanhóis com mais de 250.000 habitantes, em que constataram que fatores externos antes considerados importantes para a divulgação de informações financeiras por meio impresso (competição política, transferência correntes, nível de escolaridade dos eleitores, tamanho da população e pressão fiscal), não possuíam influência na divulgação de informação financeira pela internet.

Bolívar, Hernández e Pérez (2008) encontraram como fatores externos relevantes para o grau de transparência da informação financeira pela internet: a dívida pública e o acesso à internet em domicílios.

Os municípios espanhóis com mais de 70.000 habitantes foram objeto de análise no estudo de Cinca, Tómaž e Tarragona (2009) encontrando que o tamanho do município, o nível de renda dos cidadãos e a competição política afetam a divulgação pela internet de relatórios financeiros.

A literatura também mostrou a análise da divulgação de informações financeiras em municípios de diferentes países pela internet, buscando avaliar o

accountability e o desenvolvimento do governo eletrônico (PINA e ROYO, 2007 e ÁLVAREZ, DOMÍNGUEZ e SÁNCHEZ, 2010).

Pina e Royo (2007) relacionaram o nível de informação financeira pela Internet com características internas da entidade (tamanho, quantidade de recursos gerenciados, maturidade global e presença no *website* de informações auditadas por uma empresa privada) e fatores ambientais (estilo de gestão pública, o grau de desenvolvimento da sociedade e o nível de corrupção).

Por meio de uma análise descritiva das informações nos *websites* dos governos locais da União Européia Pina e Royo (2007) observaram que as iniciativas do governo eletrônico promoveriam a transparência na prestação de contas, pois estavam relacionadas com o estilo de gestão pública.

Já Álvarez, Domínguez e Sánchez (2010) analisaram os determinantes para o desenvolvimento do governo eletrônico em 81 municípios de países diferentes do mundo, concluindo que a complexidade administrativa (capacidade orçamentária) e desenvolvimento tecnológico contribuíram para evolução do “e-governo”.

No Brasil foram identificados determinantes para a qualidade das informações geradas pela prestação de contas (BAIRRAL e SILVA, 2013 e BOHN e SANTOS 2013) e o atraso na divulgação das contas públicas (COSTA e RÁTIS 2013).

Costa e Rátis (2013) identificaram como determinantes para o atraso na divulgação de contas públicas no Sistema de Tesouro Nacional (SISTN), o nível de escolaridade do gestor, a competição política, o tamanho dos municípios e as restrições regulamentares.

No estudo de Bairral e Silva (2013) foram analisadas as características dos entes federados relacionando-as com o nível de transparência nos relatórios de

gestão, encontrando que a qualidade de informações financeiras está relacionada positivamente com a demografia de pessoal, acessibilidade e o tipo do ente e relacionada negativamente com a burocracia pública.

Já as evidências de Bohn e Santos (2013) indicam que fatores como a localização geográfica do município, o resultado orçamentário e regra fiscal contribuíram para uma análise favorável das prestações de contas dos municípios catarinense e fatores como o nível de desenvolvimento municipal, nível educacional, ano eleitoral, gastos globais e nível de endividamento, prejudicaram a qualidade de prestação das contas dos municípios.

Diante dos estudos elencados acima é possível verificar que características institucionais, políticas, sociais e financeiras são possíveis determinantes para a divulgação de informações financeiras no setor público.

2.5. DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES

Com base no referencial teórico foram desenvolvidas hipóteses com intuito de prever o comportamento dos municípios quando da divulgação de informações financeiras pela internet.

O tamanho do município foi relacionado em estudos empíricos com a divulgação de informações financeiras encontrando evidências de relação entre o tamanho do município e a divulgação de informações financeiras no setor público (ZIMMERMAN, 1977, EVANS e PATTON 1987, CINCA, TÓMAZ E TARRAGONA, 2009 e COSTA e RÁTIS, 2013). No entanto estudos anteriores não encontraram uma associação estatisticamente significativa para tal variável (INGRAN, 1984, INGRAN e DEJONG, 1987 e LASWAD et al., 2005).

Zimmerman (1977) argumenta que grandes cidades possuem maior frequência na publicação de relatórios do que pequenas cidades. Para Evans e Patton (1987) quanto maior o tamanho do município, maior a pressão para que os agentes públicos responsáveis tornem disponíveis informações aos cidadãos.

No Brasil, Costa e Rátis (2013) encontraram evidências empíricas da relação negativa entre o tamanho do município e o atraso na divulgação de contas públicas em municípios brasileiros. Com base nos argumentos de Zimmerman (1977) e Evans e Pattons (1987), segue a primeira hipótese:

H1: Quanto maior o tamanho do município maior a probabilidade dos municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.

Laswad et al. (2005) encontraram que a competição política não é um fator estatisticamente significativo para municípios de Nova Zelândia. Porém, Archidona e Gandía (2007) concluíram que quanto maior o nível de informação maior a competição política.

Para Zimmerman (1977) os potenciais candidatos à eleição oferecem uma fonte de monitoramento às ações dos políticos, o que pode causar um risco de perda da função pública, e para o político (agente) a maximização do seu bem estar é a reeleição.

Nesse sentido, a divulgação de informação financeira é uma aliada do político, pois reduz a assimetria de informação, minimizando o conflito entre o principal (eleitor) e o agente (político), legitimando suas ações, (AN et al. 2011).

De acordo com os argumentos apresentados nos estudos Zimmerman (1977) e An et al. (2011) foi elaborada a segunda hipótese:

H2: Quanto maior a competição política maior a probabilidade dos municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.

Ingram e DeJong (1987), Laswad et. al. (2005) e Cinca, Tómas e Tarragona (2009), encontraram relação positiva entre o tipo de mandato e a divulgação de informações financeiras.

Para Ingram e DeJong (1987) tipo de mandato é incentivo suficiente para divulgação de relatórios financeiros em governos locais. Já para Laswad et al. (2005) o tipo de mandato (distrital e conselho regional ou distrital) constitui-se como um incentivo para a divulgação de relatórios financeiros pela internet nos municípios de Nova Zelândia.

Assim, foi elaborada a terceira hipótese:

H3: O tipo de mandato aumenta a probabilidade do município divulgar voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.

Para Debreceeny, Gray e Rahman (2002) quanto maior a renda e o nível educacional dos cidadãos, maior será a pressão sobre as autoridades locais para divulgar informações pela da Internet.

Archidona e Gandía (2007) analisaram o nível da informação divulgada pela internet com o acesso à educação (porcentagem da população com ensino superior), em municípios da Espanha, encontrando relação positiva entre as variáveis.

Os resultados vão ao encontro dos apresentados por Costa e Rátis (2013) que encontraram relação positiva entre o nível de escolaridade do gestor e o atraso na divulgação de contas públicas em municípios capixabas.

Conforme discussão realizada nos parágrafos anteriores segue a quarta hipótese:

H4: O nível de escolaridade do eleitor aumenta a probabilidade dos municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.

A associação entre a informação financeira municipal e a receita referente à transferência de recursos dos outros órgãos foi analisada no estudo de Ingram (1984), no qual foi observado que quanto maior a dependência dos municípios desses recursos, maior era a divulgação de informações financeiras de qualidade. Diante disso, segue a quinta hipótese:

H5: Quanto maior a dependência de transferência intergovernamental maior a probabilidade dos municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.

Costa e Rátis (2013) analisaram a relação entre a natureza da notícia e o atraso na divulgação de contas públicas dos municípios capixabas, considerando que para o setor público uma mensagem desfavorável seria o descumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante disso, as chances do atraso na divulgação das contas públicas aumentariam, se os municípios estudados tivessem ultrapassado os limites legais.

Com base em tais argumentos foi desenvolvida a sexta hipótese:

H6: O descumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) diminui a probabilidade dos municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.

Por fim, o desenvolvimento da sétima hipótese do presente estudo baseia-se nos argumentos de Sallotti e Yamamoto (2008) do setor privado e Bohn e Santos (2013) do setor público.

Sallotti e Yamamoto (2008) que analisaram a divulgação voluntária da Demonstração do Fluxo de Caixa no período de 2000 a 2004 em empresas listadas na Bovespa, concluíram que a divulgação voluntária possui uma relação positiva com o desempenho da empresa. Assim as empresas com bom desempenho teriam melhores níveis de divulgação (SALLOTTI e YAMAMOTO, 2008). A retenção de informações sobre uma empresa seria interpretada racionalmente pelo mercado, dado que a mesma não iria incorrer com custo na divulgação sinalizando uma informação desfavorável (VERRECCHIA, 2001).

Bohn e Santos (2013) associaram a qualidade das informações financeiras ao superávit financeiro apurado pelos municípios catarinense, concluindo que os municípios catarinenses que apresentavam resultados superavitários eram mais prováveis de obter parecer favorável em suas prestações de contas junto ao Tribunal do Estado. Assim, os municípios superavitários teriam incentivos a sinalizarem seu desempenho por meio de divulgação aos cidadãos.

Assim a sétima hipótese a ser testada é a seguinte:

H7: O Superávit Financeiro apurado no exercício de 2013 aumenta a probabilidade dos municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.

Desenvolvidas as hipóteses no próximo capítulo serão apresentadas as etapas metodológicas para tratamento e operacionalização dos dados coletados com o objetivo de responder a questão de pesquisa do trabalho.

3. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo da presente pesquisa foram considerados inicialmente todos os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Do total de municípios, 5 não possuíam *websites* e, portanto, a amostra final foi formada por 87 municípios.

A coleta de dados foi efetuada por meio de *cross section*, com coleta das informações em setembro de 2014, sendo considerada a divulgação *online* dos seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial (BP), Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Financeiro (BF) e Balanço Orçamentário (BO), disciplinados pela Lei 4.320/64 referente ao exercício de 2013;
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório da Gestão Fiscal (RGF), disciplinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal referente ao exercício de 2013;

Para analisar os potenciais determinantes da divulgação voluntária dos demonstrativos contábeis foram consideradas como variáveis independentes as características institucionais (tamanho), políticas (competição política e tipo de mandato), financeiras (dependência de transferências intergovernamentais, descumprimento dos limites da LRF e superávit financeiro) e sociais (nível de escolaridade dos eleitores) dos municípios.

As características financeiras (dependência de transferências intergovernamentais, descumprimento dos limites da LRF e superávit financeiro) tiveram seus dados coletados por meio de consulta nos sites do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por meio das opções “Transparência”, “Relatório da Lei

de Responsabilidade Fiscal” ou no site da Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da opção “Estados e Municípios”.

As características institucionais (tamanho) e sociais (nível de escolaridade do eleitor) foram coletadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio da opção “População” e “Censo de 2010”.

Já os dados referentes às características políticas (competição política e tipo de mandato) foram coletados no site Tribunal Regional Eleitoral, através das opções “Eleições” e “Eleições 2012”.

As variáveis dependentes desta pesquisa foram os demonstrativos contábeis: Balanço Patrimonial (BP), Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Financeiro (BF), Balanço Orçamentário (BO), Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório da Gestão Fiscal (RGF). Para cada tipo de relatório foi estabelecida uma variável binária, sendo atribuído valor igual a 1 (um) para os municípios que divulgam *online* demonstrativos contábeis e valor igual a 0 (zero) caso contrário.

Já as variáveis independentes desta pesquisa (tamanho, competição política, tipo de mandato, nível de escolaridade, Dependência de Transferências Intergovernamentais, Descumprimento dos Limites da LRF e superávit financeiro) tiveram suas dimensões construídas com intuito de testar as hipóteses desenvolvidas no item 2.5.

Assim, a variável tamanho, que verifica a relação positiva proposta pela H1, foi aferida pelo número de habitantes do município, conforme foi dimensionado o tamanho dos municípios nos estudos de Ingran (1984) e Bolívar, Hernández e Pérez (2008).

A variável independente, competição política, utilizada para testar H2 foi capturada com base em *proxies* utilizadas nos estudos de Costa e Rátis (2013) e Álvarez, Domínguez e Sánchez (2010) que são: número de candidatos e número de partidos que disputaram as eleições no primeiro turno das eleições 2012 e *proxies* binárias em que foram:

- Atribuído 0 (zero), se não houve eleição ou se o prefeito não foi reeleito e 1 (um) para do prefeito reeleito;
- Atribuído 0 (zero), se o partido do prefeito não é o mesmo do governador e 1 (um) se o partido do prefeito é o mesmo do governador;
- Atribuído 0 (zero), se o partido do prefeito não é o mesmo do presidente e 1 (um) se o partido do prefeito é o mesmo do presidente.

E, a *proxy* Representatividade do prefeito junto à Câmara Municipal foi estipulada com base no estudo de Cheng (1992) e utilizada também para dimensionar a variável independente competição política, possuindo natureza binária:

- Atribuído 0 (zero) se o partido do prefeito possui menor representatividade na Câmara Municipal e 1 (um) se possui maior representatividade na Câmara Municipal.

Para o teste da H3, a variável independente tipo de mandato foi aferida por uma variável binária, atribuindo-se 1 (um) se o partido do prefeito pertence ao partido classificado “da esquerda”, descrita no estudo de Costa e Rátis (2013) e 0 (zero) se pertence a outros partidos.

Para identificação do partido da esquerda foi utilizado a classificação disposta no estudo do Carreirão (2006), que classificou como partidos da esquerda o PT,

PDT, PPS, PCdoB, PSB, PV, PSTU, PCO e PMN. Então, foi atribuído valor igual a 1 (um) para os partidos dos prefeitos classificados como da esquerda e valor igual a 0 (zero) para os outros partidos.

Quanto à variável, nível de escolaridade, que visa operacionalizar a H4, a mesma foi capturada por meio da razão entre população com ensino superior e o total da população do município, conforme trabalhos de Gandía e Archidona (2007) e Bolívar, Hernández e Pérez (2008).

A variável independente, Dependência de Transferências Intergovernamentais, para testar a H5, foi utilizada a *proxy* do estudo de Bairral e Silva (2010), representada pela razão entre o valor total das transferências intergovernamentais e a receita total.

Em alinhamento com o estudo de Costa e Rátis (2013), esta pesquisa testou a H6, com a variável independente Descumprimento dos Limites da LRF, na condição de variável binária, em que foi atribuído valor 1 (um), se o município ultrapassou os limites descritos no item 2.3 desta pesquisa resumidos na tabela 1, e valor de 0 (zero) caso contrário.

TABELA 1. LIMITES DE GASTOS PÚBLICOS DA LRF

TIPO DE GASTOS	LIMITES
PESSOAL	54% PARA PODER EXECUTIVO 6% PARA PODER LEGISLATIVO E TRIBUNAL DE CONTAS
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	120% DA RCL
SAÚDE	15% da RCL
EDUCAÇÃO	25% DA RLI
RESTO A PAGAR	VALOR DO RESTO A PAGAR = DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO CAIXA

Em que:

LRF= Lei de Responsabilidade Fiscal

RCL = Receita Corrente Líquida.

RLI = Receita Líquida de Impostos.

Fonte: Elaborada pela autora.

Com base no estudo de Bohn e Santos (2013), a variável independente, superávit financeiro foi utilizada para testar a H7, que possui natureza binária, atribuindo-se valor 1 (um) para o município que obteve resultado superavitário e valor de 0 (zero) caso contrário.

Como as variáveis dependentes da pesquisa possuem natureza binária foi utilizada a análise de regressão múltipla para previsão dos resultados através do modelo *Probit* a seguir:

$$DIV_i = \beta_0 + \beta_1 TAMANHO_i + \beta_2 NRCANDIDATOS_i + \beta_3 TIPODEMANDATO_i + \beta_4 PREFREELEITO_i + \beta_5 PARTGOV_i + \beta_6 PARTPRES_i + \beta_7 REPRESCAM_i + \beta_8 NRPARTIDO_i + \beta_9 ENSSUP_i + \beta_{10} DEPTRANSFIN_i + \beta_{11} DESCLIM_i + \beta_{12} SUPERAVIT_i + \omega_i$$

Onde:

DIV= é a divulgação dos demonstrativos contábeis no *website* do município *i*, sendo alternada a variável dependente de acordo com o demonstrativo contábil divulgado: BO, BF, BP/DVP, RREO e RGF, gerando 05 (cinco) modelos de regressão logística.

β_0 = Constante do modelo logístico.

TAMANHO = População do município *i*.

DEPTRANFIN = Dependência de transferências intergovernamentais do município *i*.

ENSSUP = porcentagem da população com ensino superior completo do município *i*.

TIPODEMANDATO = classificação do partido do prefeito do município *i*.

NRCANDIDATOS = número de candidatos que concorreram à vaga de prefeito do município *i*.

NRPARTIDO = número de partidos que concorreram à vaga de prefeito do município *i*.

PREFREELEITO = prefeito reeleito do município *i*.

PARTGOV = partido do prefeito igual ao do governador do município *i*.

PARTPRES = partido do prefeito igual ao do presidente do município *i*.

REPRESCAM = representatividade do prefeito junto a Câmara Municipal do município *i*.

DESCLIM = limites estabelecidos pela LRF ultrapassados do município *i*.

SUPERÁVIT=apresentação superávit financeiro do município *i*.

ω = erro do modelo logístico.

A equação 1 do modelo econométrico tem como objetivo estimar os determinantes para divulgação voluntária e descrever a relação, no que se refere à probabilidade, entre características institucionais, sociais, financeiras e políticas dos municípios e a opção do agente público por divulgar voluntariamente demonstrativos contábeis.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1. ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

A tabela 2 apresenta resultados referentes à estatística descritiva dos dados coletados dos 87 municípios fluminenses que possuíam *websites* pertinentes as *proxies*: população (TAMANHO), número de candidatos (NRCANDIDATOS) e número de partidos (NRPARTIDO).

TABELA 2. ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

VARIÁVEL	OBSERVAÇÕES	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
POPULAÇÃO	87	178.084	690.131.90	5.269	6.323.037
NRCANDIDATOS	87	4	2	2	10
NRPARTIDOS	87	25	6	4	37

Fonte: Elaborada pela autora.

Onde,

TAMANHO = foi utilizada a *proxy* população, número de habitantes do município, conforme censo de 2010, para capturar a variável independente tamanho do município.

NRCANDIDATOS = representada pelo número de candidatos que concorreram à vaga de prefeito nas eleições de 2012.

NRPARTIDO = número de partidos que concorreram à vaga de prefeito nas eleições de 2012.

Assim observa-se na tabela 2 que a *proxy* população que captura a variável independente tamanho do município nesta pesquisa apresenta variabilidade significativa, pois o desvio padrão é em torno de 300% maior que o valor da média que é de 178.084, tendo como o mínimo de população 5.269 e o máximo 6.323.037.

No estudo de Laswad et al. (2005) o número de candidatos que disputaram a eleição (NRCANDIDATOS) foi utilizado para dimensionar a competição política, encontrando uma média de dois candidatos nos municípios da Nova Zelândia que divulgavam voluntariamente relatórios financeiros pela internet. Nesta pesquisa, conforme demonstrado na tabela 2, apurou-se uma média de quatro candidatos que disputaram a eleição para 2012 (NRCANDIDATO) nos municípios fluminenses, o

que poderia indicar um ambiente político mais competitivo do que os municípios da Nova Zelândia.

A tabela 3 apresenta dados dos 87 municípios fluminenses pertinentes às estatísticas descritivas das variáveis *dummys* desta pesquisa:

TABELA 3. TABELA DE FREQUÊNCIA DAS VARIÁVEIS DUMYS		
VARIÁVEL	OBSERVAÇÕES	MÉDIA
RREO	87	0.39
RGF	87	0.39
BO	87	0.42
BF	87	0.15
BP/DVP	87	0.14
DEPTRANSINTER	87	0.75
ENSINO SUP	87	0.60
TIPODEMANDATO	87	0.26
PREFREELEITO	87	0.29
PARTGOV	87	0.72
PARTPRES	87	0.87
REPRESAMARA	87	0.63
DECLIM	87	0.27
SUPERAVIT	87	0.60

Fonte: Dados da pesquisa;

Onde,

RREO= divulgação nos *websites* municipais do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, assumindo valor 1 para o município que divulga e valor 0 para o município que não divulga.

RGF = divulgação nos *websites* municipais do Relatório Gestão Fiscal, assumindo valor 1 para o município que divulga e valor 0 para o município que não divulga.

BO = divulgação nos *websites* municipais do Balanço Orçamentário, assumindo valor 1 para o município que divulga e valor 0 para o município que não divulga.

BP/DVP= divulgação nos *websites* municipais do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Variações Patrimoniais, assumindo valor 1 para o município que divulga e valor 0 para o município que não divulga.

BF = divulgação nos *websites* municipais do Balanço Financeiro, assumindo valor 1 para o município que divulga e valor 0 para o município que não divulga.

DEPTRANFIN = Dependência de Transferências Intergovernamentais e foram utilizadas duas *proxies* para tal variável independente, efetuando uma relação entre a receita total e a receita de transferência intergovernamental referente a 2013, disposta no Balanço Orçamentário do município.

ENSSUP = Ensino Superior Completo, foram utilizadas duas *proxies* para tal variável independente, efetuando uma relação entre o número de habitantes do município e o número de habitantes do município que possuem ensino superior completo, conforme censo de 2010.

TIPODEMANDATO = classificação do partido do prefeito, assumindo valor 1, se o partido do prefeito pertencer a um partido classificado como esquerda e valor de 0 se o partido do prefeito pertencer a outros partidos.

PREFREELEITO = prefeito reeleito no município nas eleições de 2012, assumindo valor 1 para prefeito reeleito e valor de 0 caso contrário.

PARTGOV = partido do prefeito igual ao do governador, assumindo valor 1 se o partido prefeito for o mesmo do governador e valor de 0 caso contrário.

PARTPRES = partido do prefeito igual ao do presidente, assumindo valor 1 se o partido prefeito for o mesmo do presidente e valor de 0 caso contrário.

REPRESCAM = representatividade do prefeito junto a Câmara Municipal, assumindo valor 1, se a maioria dos vereadores pertencem a partidos de mesma classificação do partido do prefeito e valor de 0 caso contrário.

DESCLIM = municípios que ultrapassaram os limites estabelecidos pela LRF no exercício de 2013, assumindo valor 1 para o município que ultrapassou o limite e valor de 0 caso contrário.

SUPERÁVIT=municípios que apresentaram superávit financeiro no exercício de 2013, assumindo valor 1 para o município que apresentou superávit e valor de 0 caso contrário.

Conforme tabela 3, as maiores porcentagens de divulgação *online* dos municípios fluminenses são dos demonstrativos que evidenciam informações do orçamento e sua execução, BO (42%) e o RREO/RGF (39%) e as menores porcentagens apresentadas foram para a divulgação do BP/DVP (14%) e BF (15%), demonstrativos que evidenciam informações financeiras e patrimoniais. Os resultados vão ao encontro dos os de Pérez, Bolívar e Hernández (2008) sobre municípios espanhóis, em que 41,5% divulgavam informações sobre o orçamento e 15% disponibilizavam informações financeiras.

4.2. RESULTADOS DA REGRESSÃO

Como esta pesquisa utilizou como variáveis dependentes diferentes demonstrativos aplicando modelos de regressão para cada um. Para isso, foi utilizado um modelo probit, com o objetivo de avaliar como as variáveis independentes influenciariam ou não a probabilidade do município divulgar voluntariamente um determinado demonstrativo¹.

Cabe informar que de acordo com os dados coletados, municípios que divulgaram o Relatório Resumido da Execução Orçamentário (RREO) também divulgaram o Relatório de Gestão Fiscal (RGF). De maneira similar, municípios que divulgaram o Balanço Patrimonial (BP) também divulgaram a Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP). Assim, dado que os resultados apurados para as

¹ Os resultados da regressão pelo modelo *Probit* gerados com a variável dependente, BO, não foram significativos, pois o Prob>chi2 (0,19) indica que o modelo não se ajusta adequadamente aos dados.

variáveis dependentes RREO e RGF e BP e DVP seriam similares, os mesmos foram agrupados: RREO/RGF e BP/DVP.

Considerando os resultados demonstrados na tabela 4 as variáveis “tipo de mandato” (TIPODEMANDATO), superávit (SUPERAVIT) e “dependência de transferências intergovernamentais” (DEPTRANSFIN) não apresentaram significância estatística para nenhuma especificação dos modelos. Assim, as hipóteses H3, H5 e H7 seriam rejeitadas.

TABELA 4. ANÁLISE DA REGRESSÃO

$$DIV_i = \beta_0 + \beta_1 TAMANHO_i + \beta_2 NRCANDIDATOS_i + \beta_3 TIPODEMANDATO_i + \beta_4 PREFREELEITO_i + \beta_5 PARTGOV_i + \beta_6 PARTPRES_i + \beta_7 REPRESAM_i + \beta_8 NRPARTIDO_i + \beta_9 ENSUP_i + \beta_{10} DEPTRANSFIN_i + \beta_{11} DESCLIM_i + \beta_{12} SUPERAVIT_i + \omega_i$$

TABELA 4. ANÁLISE DA REGRESSÃO				
VARIÁVEL	RREO/RGF	BO	BF	BP/DVP
POPULAÇÃO	1,16	7,34	3,78*	9,15
NRCANDIDATOS	0,03	0,02	-0,5**	-0,52*
NRPARTIDOS	0,02	0,02	0,07	0,1*
TIPODEMANDATO	0,62	0,5	0,65	0,83
PREFREELEITO	1,03***	0,87***	1,19***	1,32***
PARTGOV	0,28	0,37	-0,45	-0,53
PARTPRES	0,07	-0,42	-1,13	-0,81
REPRESAM	0,14	0,24	0,86*	0,68
ENSINOSUP	3,88*	3,12	4,21*	4,65*
DEPENDTRANSF	0,92	1,06	4,81	4,65
DESCLIM	-0,2	-0,36	1,1**	1,08**
SUPERAVIT	-0,29	-0,08	0,25	-0,02
NR DE OBSERVAÇÕES	87	87	87	87
Prob > chi2	0,02	0,19	0,05	0,02
Pseudo R2	0,14	0,14	0,42	0,44

***1%, **5% e *10% nível de significância.

Fonte: Elaborada pela autora.

Em que,

TAMANHO = foi utilizada a *proxy* população, número de habitantes do município, conforme censo de 2010, para capturar a variável independente tamanho do município.

DEPTRANSFIN = Dependência de Transferências Intergovernamentais e foram utilizadas duas *proxies* para tal variável independente, efetuando uma relação entre a receita total e a receita de transferência intergovernamental referente a 2013, disposta no Balanço Orçamentário do município.

ENSUP = Ensino Superior Completo, foram utilizadas duas *proxies* para tal variável independente, efetuando uma relação entre o número de habitantes do município e o número de habitantes do município que possuem ensino superior completo, conforme censo de 2010.

TIPODEMANDATO = classificação do partido do prefeito, assumindo valor 1, se o partido do prefeito pertencer a um partido classificado como esquerda e valor de 0 se o partido do prefeito pertencer a outros partidos.

NRCANDIDATOS = representada pelo número de candidatos que concorreram à vaga de prefeito nas eleições de 2012.

NR.PARTIDO = número de partidos que concorreram à vaga de prefeito nas eleições de 2012.

PREFREELEITO = prefeito reeleito no município nas eleições de 2012, assumindo valor 1 para prefeito reeleito e valor de 0 caso contrário.

PARTGOV = partido do prefeito igual ao do governador, assumindo valor 1 se o partido prefeito for o mesmo do governador e valor de 0 caso contrário.

PARTPRES = partido do prefeito igual ao do presidente, assumindo valor 1 se o partido prefeito for o mesmo do presidente e valor de 0 caso contrário.

REPRESCAM = representatividade do prefeito junto a Câmara Municipal, assumindo valor 1, se a maioria dos vereadores pertencem a partidos de mesma classificação do partido do prefeito e valor de 0 caso contrário.

DESCCLIM=municípios que ultrapassaram os limites estabelecidos pela LRF no exercício de 2013, assumindo valor 1 para o município que ultrapassou o limite e valor de 0 caso contrário.

SUPERÁVIT=municípios que apresentaram superávit financeiro no exercício de 2013, assumindo valor 1 para o município que apresentou superávit e valor de 0 caso contrário.

O resultado encontrado na tabela 4 para a variável “tipo de mandato” (TIPODEMANDATO) corrobora com o resultado encontrado na pesquisa de Costa e Rátis (2013), em que não foram encontradas evidências empíricas da relação entre o tipo de mandato e o atraso na divulgação de contas públicas em municípios capixabas.

Em relação ao superávit (SUPERAVIT), não foi encontrada significância estatística, indicando que o bom desempenho orçamentário e financeiro do município, não seria incentivo para a divulgação, resultado diferente ao encontrado no estudo de Sallotti e Yamamoto (2008), em que empresas com bom desempenho financeiro possuíam melhores níveis de divulgação voluntária.

A dependência de transferências intergovernamentais (DEPTRANSFIN) também não foi significativa, indo de encontro com os achados de Ingram e Jong (1987) para municípios norte-americanos. Uma possível explicação seria o fato de que o governo federal utilizaria outros mecanismos para obtenção das informações sobre o repasse, e não necessariamente, as acessaria de maneira *online*.

Em relação ao tamanho dos municípios, os resultados apresentados na tabela 4, em geral, indicam que o mesmo não é relevante para a divulgação voluntária dos demonstrativos. Somente foi encontrada significância estatística, ao nível de 10%, para o tamanho do município e a divulgação *online* do Balanço Financeiro (BF). Assim, rejeita-se H1, pois não há relação consistente entre a divulgação *online* de demonstrações contábeis nos *websites* municipais e o tamanho do município.

O resultado encontrado para variável tamanho do município corrobora com o estudo de Pérez, Bolívar e Hernández (2007), cujas evidências indicam que tal atributo não era incentivo para que municípios incluíssem informações financeiras nos seus *websites*.

Em relação à competição política, foram utilizadas seis *proxies* diferentes, das quais somente a reeleição do prefeito (PREFREELEITO) apresentou resultados consistentes para todos os tipos de demonstrativos.

Ferraz e Finan (2007) argumentam que a reeleição municipal é uma forma de prorrogação de renda do prefeito, servindo de incentivos para a redução dos níveis de corrupção, pois a divulgação de informações sobre corrupção refletiria na intenção de voto dos eleitores. Os resultados desta pesquisa poderiam indicar que a reeleição do prefeito seria um incentivo para divulgação ampla de informações, pois forneceria ao cidadão um monitoramento das ações do governo reduzindo a assimetria de informação entre o eleitor e o gestor público.

Para as demais variáveis relacionadas à competição política, não foram encontrados resultados significativos, com exceção do número de candidatos

(NRCANDIDATO) para divulgação do Balanço Financeiro². As evidências na literatura não são consistentes. Existem estudos que apresentam resultados que corroboram tal relação com a divulgação (LASWAD et al. 2005, GANDÍA e ARCHIDONA, 2007 e CINCA, TOMÁS e TARRAGONA, 2008) e outros, que não Pérez, Bolívar e Hernández (2008) e Álvarez, Domínguez e Sánchez (2010).

Em relação ao número de partidos que disputaram à eleição, Álvarez, Domínguez e Sánchez (2010) não encontraram relação entre tal variável e o desenvolvimento do “e-governo” em municípios de 81 países diferentes, resultado similar ao encontrado nesta pesquisa. Por outro lado, Laswad et al. (2005) encontraram evidências da relação entre a divulgação voluntária e o número de candidatos, e seus resultados são, portanto, somente parcialmente similares ao desta pesquisa, dado que a variável apresentou-se significativa apenas para a divulgação do Balanço Financeiro (BF).

Quanto ao resultado encontrado para a *proxy* “partido do prefeito igual ao partido do governador” (PARTGOV), esse é o mesmo encontrado por Bohn e Santos (2013) que não encontraram significância estatística para a *proxy* em questão analisando a relação da qualidade das prestações de contas de municípios catarinenses e a competição política. De maneira similar, “partido do prefeito é igual ao do presidente” (PARTPRES) não apresentou significância estatística, similarmente ao que foi encontrado por Costa e Rátis (2013) sobre sua relação com o atraso na divulgação de contas públicas capixabas.

² O número de candidatos e o número de partidos foram relevantes para a divulgação do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais (BP/DVP) somente ao nível de 10%. O mesmo ocorrendo para a representatividade do prefeito (REPREPRECAM), que estaria relacionada à divulgação do Balanço Financeiro (BF) somente ao nível de 10%.

Como os resultados apresentados para a maior parte das *proxies* que capturam a competição política nos municípios não foram estatisticamente significativos, pode-se inferir que, exceto pela reeleição do prefeito, não há relação entre a competição política e a divulgação voluntária *online* de demonstrações contábeis nos *websites* municipais, rejeitando-se a H2.

Em relação às características sociais dos municípios, aqueles em que o percentual da população que possuem ensino superior (ENSSUP) é maior, acabam por apresentar relação com a divulgação dos demonstrativos (RREO/RGF, BF e BP/DVP), mas somente ao nível de significância de 10%. Neste sentido, a interpretação sobre a aceitação ou não da hipótese H4 dependerá do intervalo de confiança a ser considerado. De qualquer maneira, trazem indícios que a divulgação teria relação com o nível de educação, de maneira similar aos achados de Gandía e Archidona (2007).

Por fim, quanto ao descumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (DESCLIM), os mesmos foram relevantes para a divulgação dos Balanço Financeiro (BF) e Balanço Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais (BP/DVP), mas com sinal diferente do esperado.

O resultado encontrado para o descumprimento dos limites da LRF (DESCLIM) indica que os municípios que os descumpriram têm maior probabilidade de divulgar voluntariamente os Balanço Financeiro (BF) e Balanço Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais (BP/DVP) nos seus *websites*. Assim, a hipótese H6 não seria rejeitada.

O resultado apurado para o descumprimento dos limites da LRF (DESCLIM) diverge do resultado encontrado no estudo de Costa e Rátis (2013), que

argumentaram que o descumprimento dos limites não possui influência no atraso da divulgação de contas públicas nos municípios capixabas. Assim, os achados desta pesquisa indicam que haveria divulgação mesmo de informações que poderiam ser interpretadas como “desfavoráveis”.

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo identificar os determinantes para divulgação *online* de demonstrativos contábeis nos *websites* dos municípios fluminenses.

Conforme resultado apurado nesta pesquisa não foi encontrada relação entre as variáveis independentes do estudo e a divulgação nos *websites* do BO, isto se deve ao fato que as informações evidenciadas anualmente no Balanço Orçamentário (BO) são disponibilizadas bimestralmente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

Os resultados encontrados apontam que o descumprimento dos limites da LRF (DESCLIM) seria determinante para divulgação voluntária dos Balanço Financeiro (BF) e Balanço Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais (BP/DVP) nos seus *websites*, indicando que os municípios fluminenses optam pela divulgação mesmo que sinalize informações “desfavoráveis”.

Com relação à competição política as proxies que capturaram a sua dimensão não apresentaram resultados consistentes em sua totalidade, com exceção ao resultado encontrado para o prefeito reeleito que apresentou significância estatística para todos os tipos de demonstrativos, indicando que a possibilidade de prorrogação de renda proporcionada pela reeleição do prefeito motiva o gestor a divulgar demonstrações contábeis para que seja reduzida a assimetria de informação entre o eleitor e o gestor público.

Quanto à característica social, proporção de munícipe com nível superior, os resultados indicaram que existem indícios de que o nível de escolaridade do eleitor influencia na divulgação voluntária de demonstrativos contábeis *online* em

municípios fluminenses, o que poderia implicar em medidas que facilitem o acesso às informações financeiras nos *websites* municipais democratizando a acessibilidade das informações.

Tendo em vista que os determinantes encontrados foram características políticas, sociais e financeiras, a adoção de medidas que incentive o gestor público a optar pela divulgação voluntária de demonstrações contábeis nos *websites* contribuiria para aumentar o uso da internet como ferramenta na divulgação das contas públicas.

E dado que a Lei Complementar 131/09 - lei da transparência tornou compulsória a divulgação de informações financeiras *online* nos *websites* municipais, somente de forma detalhada, em tal instrumento legal poderia ser adicionada a divulgação *online* dos demonstrativos da Lei Federal 4.320/64 (BO, BF, BP e DVP) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (RREO e RGF), pois forneceria a uma visão gerencial das contas públicas para todas as partes interessadas.

Pesquisas futuras poderiam levar em consideração municípios de outros estados, para avaliar como diferenças nas características avaliadas neste trabalho influenciariam na escolha para divulgação *online* de demonstrativos.

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ, Isabel Gallego; DOMÍNGUES, Luis Rodríguez; SÁNCHEZ, Isabel María García. Are determining factors of municipal E-government common to a worldwide municipal view? An intra-country comparison. **Government Information Quarterly**, v. 27, p. 423–430. out. 2010.
- AN, Yi. et al. Towards a comprehensive theoretical framework for voluntary IC disclosure. **Journal of Intellectual Capital**, v. 12, n. 4, p. 1-20, out. 2011.
- ARCHIDONA, Maria C.; GANDÍA, Juan L. Determinants of web site information by Spanish city councils. **On line Informationa Review**, v. 32, n. 1, p. 35-57, jul. 2007.
- BAIRRAL, Maria Amália da Costa; SILVA, Adolfo. Transparência no setor público: uma análise do nível de transparência dos relatórios de gestão dos entes públicos federais no exercício de 2010. In: Encontro da ANPAD, 37., 2013. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós Graduação e pesquisa em Administração, 2013.
- BAKAR, Nur Barizah Abu; SALEH, Zakiah. Incentives for disclosure of Accounting Information in Public Sector: A literature Survey. **International Research Journal of Finance and Economics**, EuroJournals Publishing Inc, v. 75, p. 24-38, out. 2011.
- BANKER, Rajiv. D.; PATTON, J. M. Analytical agency theory and municipal accounting: An introduction and an application. **Research in Governmental and Notprofit Accounting**, v. 3 (Part B), p. 29-50. 1987.
- BOHN, Rudhy Marssal; SANTOS, Paulo Sérgio Almeida. Qualidade e fatores determinantes da accountability governamental: evidências de municípios brasileiros. In: IAM. International Conference of the Iberoamerican Academy of Management. 2013, São Paulo/SP. IAM. **Anais...** Chandler/USA: IAM, 2013. v. 8. p. 1-34. Disponível em: <http://www.iam2013.com.br/arquivo/2013/.../E2013_T0478_psn69309.PDF>. Acesso em: 22/11/2013.
- BOLIVAR, Manuel Pedro Rodríguez; HERNÁNDEZ, Antonio M. López; PÉREZ, Carmen Caba. e-Government process and incentives for online public financial information. **Online Information a Review**, Espanha., v. 32, n. 3, p.379-400, fev. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/14684520810889682>>. Acesso em: 22/10/2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[hppt://www.planalto.gov.br/legislação](http://www.planalto.gov.br/legislação)>. Acesso em 30 set.2013.
- _____. Lei Complementar Federal n.º 131, de 27 de abril de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal.

_____. Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br>>. Acesso em 15/09/13.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao Setor Público: aplicado à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Portaria nº 406, de 20 de junho de 2011. Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. 4ª Edição - Brasília, 2011. Disponível em :<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteV_DCASP2011.pdf>, acesso em 30 de novembro 2013.

_____. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br>>. Acesso em 15/09/13.

_____. Resolução CFC nº 1.133, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 14/09/13.

_____. Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios – SISTN. Disponível em:<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/sistn.asp>. Acessos em: 08 set. 2013 a 15 set 2013.

CARREIRÃO, Yan Souza de. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, abr/mai. 2006.

CHENG, Rita Hartung. An empirical analysis of theories on factors influencing state government accounting disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 11, p. 1-42, Spring, 1992, doi:10.1016/0278-4254(92)90013-N.

CINCA, Carlos Serrano. et al. Factors influencing e-disclosure in local public administrations. **Environment and planning C: government and Policy**, v. 27 (2), p. 355-378, jan. 2009, doi: 10.1068/c07116i.

COSTA, Fábio Moraes da.; RÁTIS, Simony Pedrini Nunes. Determinantes para o atraso na divulgação das contas públicas anuais dos municípios do Estado do Espírito Santo. In: Congresso ANPCONT 7., jun. 2013. Fortaleza. **Anais...** Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2013.

COSTA, Ricardo Ferreira.et al. Rumo a um quadro teórico abrangente para as práticas de internet financial reporting no setor público In: Encontro da ANPAD, 36., jan. 2012. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós Graduação e pesquisa em Administração. 2012.

DEBRECENY, Roger; GRAY, Glen L.; RAHMAN, A.. The determinants of Internet financial reporting. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 1, n. 21, p. 371–394, out. 2002.

ENSSLIN, Leonardo. et al. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan/mar. 2007.

EVANS, J., e Patton, J.. An Economic Analysis of Participation in the Municipal Finance Officers Association Certificate of Conformance Program. **Journal of Accounting and Economics**, n. 5, p. 151-171, 1983.

EVANS, J., e Patton, J., Signalling and monitoring in public-sector accounting. **Journal of Accounting Research**. v. 25, p. 58-130, 1987.

FERRAZ, Claudio; FINAN, Frederico. Exposing corrupt politicians: The effects of Brazil's publicly released audits on electoral outcomes. **Quarterly Journal of Economics**, v. 123, n. 2, p. 703-745, mai. 2007, doi: 10.1162/qjec.2008.123.2.703 Disponível em: <http://eml.berkeley.edu/~ffinan/Finan_Audit.pdf>. Acesso em: 17/12/2014.

FRANCIS, Jennifer; NANDA, Dhananjay; OLSSON, Per. Disclosure Incentives and Effects on Cost of Capital around the World. **The Accounting Review**, v. 80. n. 4, p. 1125-1162, out. 2005.

FRANCIS, Jere R.; KHURANA, Inder, K.; PEREIRA, Raynolde. Voluntary Disclosure, Earnings Quality, and Cos of Capital. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 1, p. 53-99, mar. 2008, doi: 10.1111/j.1475-679x.2008.00267.x.

INGRAM, Robert W. Economic incentives and the choice of state government accounting practices, **Journal of Accounting Research**, v. 22 n. 1, p. 126-44, Spring, 1984.

INGRAM, Robert W.; DEJONG, Douglas, V., The effect of regulation on Local Government Disclosure Practice. **Journal of Accounting & Public Policy**, v. 6, n.4, p. 245–270. Winter, 1987, doi: 10.1016/S0278-4254(87)80002-9.

HAGGARD, K.Stephen; MARTIN, Xiumin; PEREIRA, Raynolde. Does Voluntary Disclosure Improve Stock Price Informativeness?. **Financial Management**, v. 37, n. 4, p.747-768, Winter, 2008, doi:10.1111/j.1755-053-x.2008.00033.x.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). População. Disponível em:< www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 10 set. 2013.

IUDÍCIBUS, S.. **Teoria de Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KELTON, A. S.; YANG, Y., The impact of corporate governance on internet financial reporting. **Journal of Accounting and Public Policy**. v. 27, p. 62–87, Jan-fev, 2008, doi: 10.1016/j.jaccpubpol.2007.11.001.

JESEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, v. 4, p. 305-360, out. 1976, doi:10.1016/0304-405x(76)90026-x.

LASWAD, Fawzi, et al. Determinants of voluntary internet financial reporting by local government authorities, **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, p. 101-121, mar-abr. 2005, doi:10.1016/j.jaccpubpol.2004.12.006.

LIMA, Diana Vaz, et al. As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 2, p. 15-23, mai/ago, Brasília, 2009.

MACHADO, Vagner Naysinger; MARQUES, Simone Beatriz Santos da Silva; MACAGNAN, Clea Beatriz; OTT, Ermani. Nível de transparência por meio da evidenciação de informações obrigatórias de municípios do Rio Grande do Sul. **XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria**. 10 e 11 de outubro de 2013.

PINA, Vicente; TORRES, Lourdes; ROYO, Sonia. Is e-government leading global convergence towards accountable governments?. In: **Congresso da AECA 14**, 19-21, Valencia Espanha, set. 2007. <
<http://www.aeca1.org/xivcongresoaeaca/cd/164f.pdf>>. Acesso em: 20/11/13.

RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **CFC Nº 1.133**: Aprova a NBC T 16.4 - Transações no Setor Público. D.O.U.: 25.11.2008. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc1131_2008.htm>. Acesso em: 15/09/2013.

RIBEIRO FILHO, José Francisco, et al. Uma Análise sobre a compreensibilidade das Informações Contábeis Governamentais Comunicadas pelo Balanço Orçamentário. **Brazilian Business Review**., v. 5, n. 3, p. 209-228, dez., 2008.

SALOTTI, Bruno Meirelles; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Divulgação voluntária da demonstração dos Fluxos de Caixa no Mercado Brasileiro. **Revista Contabilidade Financeira**. USP. v. 19, n. 48, p. 37 - 49 , set./dez, 2008, <
<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772008000300004>>

SENADO FEDERAL (Brasil). Resolução nº 40, de 20 de Dezembro de 2001. Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada. Diário Oficial da União, Brasília, 21 dez. 2001. Disponível em:
<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=1-107-34-2001-12-20-40>>. Acesso em: 30 Set. 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). Eleições Anteriores. Disponível em:<www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/>. Acesso em: 07set. 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Brasil). Disponível em:<www.tce.rj.gov.br>. Acesso em: 08 set. 2013 a 15 set. 2013.

VIEIRA, Luís Eduardo Píres de Oliveira. Transparência e Controle da Gestão Fiscal: a Lei Complementar nº 131/09 e sua regulamentação. In: **6ª Mostra de Produção Científica da Pós Graduação Lato Sensu da PUC Goiás**. Anais... Goiás, p. 21, 2011. Associação Nacional do Ministério Público de Contas.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**. v. 32, n. 1-3, p. 97-180, dez. 2001, doi:10.1016/s0165-4101(01)00025-8.

WELCH, Eric, WONG, Wilson. Does e-government promote accountability? A comparative analysis of websites openness and government accountability. **Journal of Policy, Administration, and Institutions**, v.17, n. 2, p. 275-297, abr. 2004, doi:10.1111/jj.1468-0491.2004.00246.x.

ZIMMERMAN, Jerold. L. The municipal accounting maze: An analysis of political incentives. **Journal of Accounting Research**, v. 15, p. 107-144, 1977.